



Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE SANTA RITA DO PARDO
EXTRATO DO CONTRATO 027/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 030/2025

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo – MS

CONTRATADA: Rafael Tognini Pereira Ltda.

OBJETO: Construção do Acesso Principal e Estacionamento do Centro Político Administrativo Geraldo Martins, no Município de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

VIGENCIA: 12 meses

VALOR: R\$ 890.819,97 (oitocentos e noventa mil, oitocentos e dezenove reais e noventa e sete centavos).

DOTAÇÃO:

02 – Poder Executivo

02 02 – Prefeitura Municipal

02 02 12 Secretaria de Obras, Serv. Urbanos e Oficina

15 451 Infra-Estrutura Urbanos

15 451 0016 Preservação do Patrimônio Público

15 451 0016 1004 Construção e Reforma de Praças, Parques, Jardim e Prédios Públicos

4.4390.51.00 Obras e Instalações

DATA: 05 de Junho de 2025.

FORO: Comarca de Bataguassu – MS

SIGNATARIOS: Sr. Lúcio Roberto Calixto Costa pela Contratante.

Sr. Roberto dos Santos Barboti pela Contratante.

Sr. Rafael Tognini Pereira pela Contratada.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICIPIO DE SANTA RITA DO PARDO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – ERRATA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 027/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 027/2024

Retificação da publicação havida no Jornal da Cidade, da cidade de Santa Rita do Pardo/MS no período de 26 de Maio de 2025, Edição nº. 2693, página 1, alusiva a no que se refere ao extrato do 1º Termo Aditivo do Contrato nº. 027/2024, conforme adiante segue:

Onde se lê:

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 027/2024

Leia-se:

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 027/2024

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICIPIO DE SANTA RITA DO PARDO

EXTRATO DA PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 010/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 028/2024

CONTRATANTE: Município de Santa Rita do Pardo – MS.

CONTRATADA: Gulart & Cia Ltda - Epp.

OBJETO: 2.1 - O objeto do presente instrumento é:

2.1.1 – PRORROGAR o prazo da vigência da Ata de Registro de Preço nº. 010/2024, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 12 de Junho de 2025 a 12 de Junho de 2026, nos termos do Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA: 11 de Junho de 2025.

FORO: Comarca de Bataguassu – MS.

SIGNATARIOS: Sr. Lucio Roberto Calixto Costa pela Contratante.

Sr. Juliano Paixão FerreR pela Contratante.

Sra. Zenilda Gregório de Souza pela Contratante.

Sra. Dixie Carolina Croskey Costa pela Contratante.

Sr. Roberto dos Santos Barboiti pela Contratante.

Sr. Tiego Estefani Flores de Lima pela Contratante.

Sr. Criser Luã da Silva Bruno pela Contratante.

Sr. Marcelo Gulart pela Contratada.



SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AV: João Gregório Rodrigues, 828 – Bairro Novo Horizonte.
Fone: (67) 3591-1376



RESOLUÇÃO Nº 008/2025/CMAS SANTA RITA DO PARDO – MS

“Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Federais acumulados no período de 1 ano, visando ser Executado para redução dos saldos no exercício de 2025”

O Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1.165/2017 de 04 de outubro de 2017.

CONSIDERANDO a Lei 8.842 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO o Decreto 7.788 de 15 de agosto de 2021, que Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a apreciação do Plano de Aplicação de Recursos Federais acumulados no período de 1 ano, visando ser executado para redução nos saldos no exercício de 2025 e a decisão da plenária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Rita do Pardo-MS, adotada em sua Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de junho de 2025.

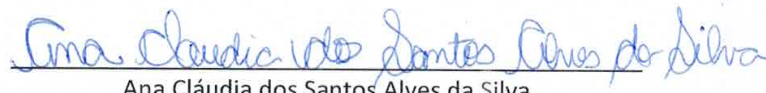
RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o Plano de Aplicação dos Recursos Federais acumulados no período de 1 ano, visando ser executado para redução nos saldos no exercício de 2025..

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Pardo, 12 de junho de 2025.


Ana Cláudia dos Santos Alves da Silva
Presidente do CMAS



SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AV: João Gregório Rodrigues, 828 – Bairro Novo Horizonte.
Fone: (67) 3591-1376




ANEXO DA RESOLUÇÃO 008/2025 CMAS SANTA RITA DO PARDO/MS

RECURSO FEDERAL - FNAS	
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Saldo em 30/04/2025 (Valor a ser aplicado)	Aplicação – Natureza da Despesa
R\$ 179.491,58	<ul style="list-style-type: none">Equipamentos e Material Permanente – Material de Consumo1- Aquisição de Equipamentos e Materiais de Consumo para o CRAS (mobiliários e eletro-eletrônicos)2- Aquisição de Equipamentos e Materiais de Consumo para o SCFV (mobiliários e eletro-eletrônicos)Pessoal Fixo1 – Pagamento da Equipe Técnica de Referenciado CRAS por 5 meses;Outros serviços de terceiros pessoa jurídica1 – Contratação de serviços de pessoa jurídica

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rita do Pardo/MS, 12 de junho de 2025.


Ana Cláudia dos Santos Alves da Silva
Presidente do CMAS

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO-MS SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

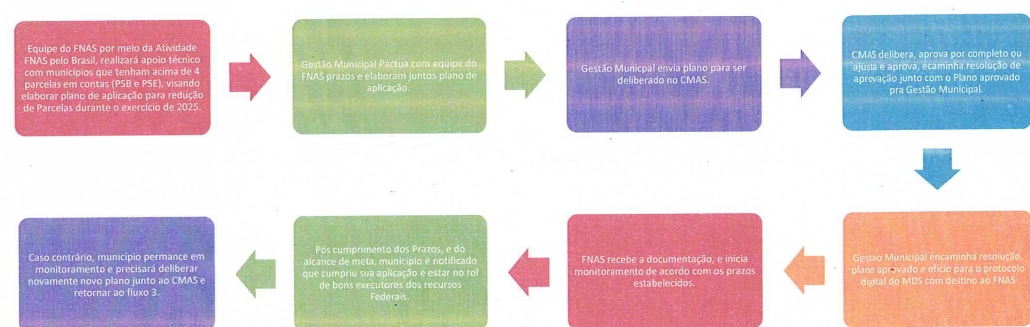
PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS ACUMULADO NO PERÍODO DE 1 ANO, VISANDO SER EXECUTADO PARA REDUÇÃO DE SALDOS NO EXERCÍCIO 2025

SANTA RITA DO PARDO-MS 2025

O plano de aplicação de Recursos- é fundamental para a gestão orçamentária da instituição, pois permite uma visão clara e organizada de como os recursos disponíveis serão distribuídos, sejam eles federais e estaduais, além de uma proposta de sua utilização na forma das normativas específicas que regem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para apreciação, ajustes se necessário, aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social e envio ao Fundo Nacional de Assistência Social, visando o acompanhamento e monitoramento junto a gestão federal.

PERÍODO MEDIDO: março/2024 a março/2025

FLUXOS:



I - Identificação

Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Endereço: R. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910, CENTRO.
E-mail: assistenciasocialsrp@hotmail.com
CNPJ: 01.561.372/0001-50
Celular: 67 98121-1157
Secretária Titular: Dixie Carolina Croskey Costa
Responsável pelo Plano: Roberto Gomes da Silva
Celular do Responsável: 67 99693-1174
E-mail: pr.robertogs@hotmail.com

II - Ordenamento jurídico:

Lei 8.742/1993 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)
Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009
Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012;
Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014
Portaria MDS nº 2.600, de 6 de novembro de 2018
Portaria MC nº 109, de 22 de janeiro de 2020
Portaria MDS nº 580, de 31 de dezembro de 2020
Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024
Portaria nº 1.045, de 24 de dezembro de 2024
Portaria MDS nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024
Portaria MDS nº 1.073, de 31 de março de 2025
Portaria nº 1.075, de 16 de abril de 2025

III - Da Reprogramação dos Recursos em vigência e as orientações:

PORTARIA Nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024 - Regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo e dá outras providências.

CAPÍTULO IV

DA REPROGRAMAÇÃO

Art. 34. Os saldos referentes aos blocos de financiamento referidos no art. 3º, incisos I e II, existentes em 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramados para o exercício seguinte à conta do bloco de financiamento a que pertencem.

Art. 35. Os saldos referentes aos Blocos de Financiamento da Gestão do SUAS e da Gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, existentes em 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramados para o exercício seguinte dentro do próprio bloco a que pertencem.

Parágrafo único. Os recursos reprogramados dos Blocos de Financiamento da Gestão do SUAS e da Gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico serão utilizados na forma dos normativos específicos que os regem.

Art. 36. Os saldos referentes aos programas, projetos e do Piso Variável de Alta Complexidade - PVAC, existentes em 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramados para o exercício seguinte para utilização no próprio programa ou projeto ou no atendimento às emergências e calamidades a que pertencem, até o término de vigência destes.

IV - Objetivo Geral:

Fortalecer a gestão, o controle social, a oferta de serviços e programas do SUAS, garantindo proteção social básica e especial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

V - Levantamento dos recursos disponíveis:

- Recursos financeiros do governo federal;
- Equipe técnica especializada/equipe de referência;
- Infraestrutura física (unidades públicas);

- Sistemas de informação e tecnologia: CadSUAS, Prontuário eletrônico do SUAS, Censo SUAS, Suasweb, AgilizaSUAS, BB Gestão Ágil, Registro Mensal de Atendimento (RMA), SISC, Carteira da Pessoa Idosa, Cadastro Único, CNEAS, SAA, EstruturaSUAS; e
- Parcerias com organizações da sociedade civil.

VI - Ações necessárias: (liste as atividades que precisam ser feitas para atingir seus objetivos, considerando os recursos disponíveis)

- Ação 1 - Aquisição de Equipamentos e Materiais de Consumo para o CRAS (mobiliários, eletro eletrônicos, materiais de consumo)
- Ação 2 - Aquisição de Equipamentos e Materiais de Consumo para o SCFV (mobiliários, eletro eletrônicos, materiais de consumo)
- Ação 3 - Pagamento da Equipe Técnica de Referência do CRAS por 5 meses
- Ação 4 - Contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica nos moldes da Portaria MDS nº 1.043/2024
- Ação 5 - Redução de Parcela, sendo menor que 4 parcelas nas contas da PSB e PSE.

VII - Cronograma: (determine prazos para cada etapa, garantindo que tudo seja feito dentro do tempo previsto).

- Ação 1 - Junho - Elaboração do Termo Técnico de Referência e Estudo Preliminar (TREP)
- Ação 2 - Julho - Cotação e Envio para o Setor de Licitação
- Ação 3 - Agosto - Publicação do Processo Administrativo (Pregão Eletrônico)
- Ação 4 - Setembro - Recebimento e Pagamento dos Equipamentos e Materiais Permanentes Materiais de Consumo.
- Ação 5 - Redução de Parcela, sendo menor que 4 parcelas nas contas da PSB e PSE - Outubro de 2025.

VII - Monitoramento e Avaliação: acompanhar o progresso do plano, verificar se os recursos estão sendo bem utilizados e de acordo com sua finalidade ajustar o que for necessário ao longo do caminho.

- Indicadores de desempenho - Parcelas em conta menores que 4.
- Revisões trimestrais para ajustes nas ações.
- Relatório Mensal de parcelas Pagas.
- Monitoramento por parte do FNAS para acompanhar a execução.

VIII - Orçamento detalhado: Faça uma previsão de custos para cada atividade, para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente, seguindo as finalidades de cada Bloco, Serviço ou Programa do SUAS

RECURSOS FEDERAIS-FNAS

BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/ CONTA: 89370 AGENCIA: 40886	Aplicação - Natureza da despesa
Saldo em 30/04/25 (Valor a ser aplicado)	
R\$ 179.491,58	<ul style="list-style-type: none"> Material de Consumo; Diárias / Civil; Pessoal fixo; Contratação por tempo determinado; Outros serviços de terceiros pessoa física; Outros serviços de terceiros pessoa jurídica; Serv. Tecnologia informação/comunicação; Equipamentos e material permanente. Outros - De acordo com as regras do bloco.

SANTA RITA DO PARDO-MS, 10 DE JUNHO DE 2025

Dixie Carolina Croskey Costa
Secretária Municipal de Assistência Social

De acordo, e Aprovado:

Ana Cláudia dos Santos Alves da Silva
Presidente do CMAS

Ata: 007/2025

Resolução: 009/2025 CMAS Data: 12/06/2025

02 PODER EXECUTIVO
020210 SECRETARIA EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZE
3.3.90.39.77 VIGILÂNCIA OSTENSIVA/MONITORADA
Empenho: 01169 OR 30/12/1899 2025
Int.: FORTWEST SEGURANCA LTDA
Valor: R\$ 2.436,00
Proveniente de: ATA N.º 009/2024 REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA ATENDER A SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - ATIVIDADES CULTURAIS / EVENTOS BAILE DA MELHOR IDADE 13/06/25.

02 PODER EXECUTIVO
020204 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO SEAC
3.3.90.30.07 GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
Empenho: 01170 OR 30/12/1899 2025
Int.: BOMANI COMERCIO E LICITACOES LTDA
Valor: R\$ 3.793,50
Proveniente de: ATA N.º 002/2025 REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO.

02 PODER EXECUTIVO
020210 SECRETARIA EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZE
3.3.90.39.77 VIGILÂNCIA OSTENSIVA/MONITORADA
Empenho: 01171 OR 30/12/1899 2025
Int.: ALPHASEG LTDA
Valor: R\$ 1.640,00
Proveniente de: ATA DE REGISTO DE PREÇOS Nº 009/2024, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRIGADISTAS DE APOIO E SUPORTE PARA ATENDER A IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

02 PODER EXECUTIVO
020212 SECRETARIA DE OBRAS, SERV.URBANOS, ESTR. E
3.3.90.39.19 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
Empenho: 01172 OR 30/12/1899 2025
Int.: T CARDOSO DA SILVA MECANICA ME
Valor: R\$ 50.615,00
Proveniente de: EMPENHO PARCIAL DA ATA N.º 001/2025 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNIO E SOLDA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SEC. DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, ESTRADA E OFICINA, RECURSOS

EXPEDIENTE

Editor Geral: Osmar da Silva Mello - DRT/MS 091 - Diagramação Noemi Silva
Jornalista Responsável: Osmar da Silva Mello - DRT/MS 091
Endereço: Rua João Ferreira da Silva, 1265 - Centro - CEP 79.690-000
Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Periodicidade: Bisemanal - Tiragem: 1500 exemplares
E-mail: jornaldacidade.bra@uol.com.br - contatojornaldacidade@gmail.com
Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus idealizadores.

Contatos:
(67) 98143-9894
(67) 99682-4675

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

02 PODER EXECUTIVO
020511 SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E HABI
3.3.90.30.07 GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO
Empenho: **00475 OR 30/12/1899 2025**
Int.: COMERCIAL LOTUS LTDA
Valor: RR\$ 1.133,21
Proveniente de: ATA N.º 002/2025 REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO / CASA ABRIGO.

02 PODER EXECUTIVO
020511 SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E HABI
3.3.90.30.30 MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES
Empenho: **00476 OR 30/12/1899 2025**
Int.: REZENDE & DINIZ NETO LTDA
Valor: RR\$ 1.170,00
Proveniente de: ATA N.º 004/2024 REFERENTE A MATERIAL GRÁFICO (ENCADERNAÇÃO CAPA DURA) PARA ATENDER A DEMANDAS DAS SECR. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO. MATERIAL PARA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA PESSOA

02 PODER EXECUTIVO
020511 SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E HABI
3.3.90.39.12 LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
Empenho: **00477 OR 30/12/1899 2025**
Int.: MT ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA
Valor: RR\$ 8.800,00
Proveniente de: ATA N.º 016/2024 REFERENTE A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS (SOM DE MÉDIO PORTE) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECR. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO. LOCAÇÃO PARA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA PESSOA

02 PODER EXECUTIVO
020511 SECRETARIA DE ASSIT SOCIAL TRABALHO E HABI
3.3.90.39.12 LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
Empenho: **00478 OR 30/12/1899 2025**
Int.: 50.750.055 TATIANE SILVA ROCHA DE MELLO
Valor: RR\$ 2.750,00
Proveniente de: ATA N.º 016/2024 REFERENTE A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS (PAINEL DE LED INDOOR) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECR. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO. LOCAÇÃO PARA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA

DECRETO Nº 107/2025 DE 11 DE JUNHO DE 2.025

Cria a Política Municipal de Educação Integral e dispõe sobre a implantação de Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, em instituições de ensino da Rede Pública Municipal de Ensino de Santa Rita do Pardo.

O Prefeito do Município de Santa Rita do Pardo-MS e o Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições confere a Lei Orgânica do Município de Santa Rita do Pardo-MS.

CONSIDERANDO:

1. Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

2. Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

3. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

4. Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências;

5. Lei Municipal Lei Nº 1.134/2015 de 18 de Junho de 2015;

6. Lei Municipal Lei Nº 1.287 de 13 de dezembro de 2024 que institui o Plano Municipal pela Primeira Infância PMPI;

7. Deliberação CEE/MS n.º 10.814, de 10 de março de 2016, que estabelece normas para a educação básica no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, no que couber;

8. Portaria MEC n.º 2.116, de 6 de dezembro de 2019, que estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, em conformidade com a Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017;

9. Lei Federal n.º 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei n.º 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei n.º 14.172, de 10 de junho de 2021;

10. Portaria MEC n.º 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências;

11. Resolução FNDE n.º 18, de 27 de setembro de 2023, que estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral;

12. Portaria MEC n.º 2.036, de 23 de novembro de 2023, que define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral;

13. Nota Técnica n.º 148/2024/DPDI/SEB/SEB, de 30 de abril de 2024, referente à fundamentação acerca da metodologia de análise da meta física prevista na Resolução FNDE n.º 18, de 27 de setembro de 2023, que estabelece os critérios e procedimentos operacionais de distribuição, de repasse, de execução e de prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral;

14. Documento Orientador da Atuação dos Conselhos de Educação no Programa Escola em Tempo Integral, elaborado conjuntamente pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, a União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação (UNCME) e o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE), a partir de diálogos também realizados com o Conselho Nacional de Educação (CNE); e
15. Parecer Orientativo n.014/2024 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (CEE/MS) INSTITUI:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1.º Fica instituída a Política Municipal de Educação Integral de Tempo Integral, nas escolas da Rede Municipal de Ensino e nas instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental, a partir do ano de 2024, com o intuito de garantir o desenvolvimento dos sujeitos estudantes nas dimensões físico-cognitiva, sócio-emocional, sociopolítica, histórico-cultural, jurídico-econômica, socioambiental, contribuindo com a formação cidadã dos estudantes da Educação Básica.

§1.º Caberá ao Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, revisar as normas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nas quais estão previstas a Educação de Tempo Integral, bem como aprovar normas para regulamentar a Política Municipal de Educação Integral de Tempo Integral.

Art. 2.º A Política Municipal de Educação Integral será implantada de forma gradativa, tendo como meta, até final da vigência do Plano Municipal de Educação - PME, atender a 50% das escolas e 25% dos alunos, conforme determina a Meta 6 do Plano Municipal de Educação-PME deste município.

Parágrafo Único – As ações estratégicas de que trata o caput deste artigo serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e visam promover:

- 1.o aprimoramento da equidade e eficiência da aplicação dos recursos que fomentam as matrículas nas escolas de Tempo integral;
- 2.a reorientação curricular na perspectiva da educação integral;
- 3.a formação de educadores;
- 4.o aperfeiçoamento da articulação intersetorial nos territórios.

CAPÍTULO II CONCEPÇÕES

Art. 3.º Para fins do disposto nesta lei, consideram-se:

- 1.Educação integral: concepção de educação na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (físico-cognitiva, socioemocional, sociopolítica, histórico-cultural, jurídico-econômica, socioambiental, entre outras) a partir da mobilização e integração entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e da diversificação das experiências e interações sociais;
- 2.Desenvolvimento integral: processo singular, historicamente situado, contínuo e ao longo da vida, de ampliação, aprofundamento e diversificação das dimensões físico-cognitiva, socioemocional, sociopolítica, histórico-cultural, jurídico-econômica, socioambiental do sujeito;
- 3.Acesso à escola: situação na qual é garantido ao estudante o direito à matrícula e frequência regular, em instituição escolar próxima à sua residência ou, quando necessário, em instituição escolar para a qual lhe é disponibilizada a garantia de transporte gratuito no percurso da residência até a escola;
- 4.Permanência na escola: situação na qual é assegurado ao estudante o direito de manter-se vinculado às atividades escolares com a mitigação da infrequência, risco de abandono à escola ao longo do ano letivo ou a evasão escolar na transição entre os anos letivos;
- 5.Tempo integral: carga horária em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, em dois turnos, desde que não haja sobreposição entre os turnos, durante todo o período letivo;
- 6.Equidade educacional: situação de justiça sobre o acesso, os processos e resultados educacionais entre diferentes grupos sociais na qual a distribuição de investimentos e esforços das políticas públicas minimiza ou compensa os efeitos das desigualdades estruturais que se manifestam na sociedade; e
- 7.Avaliação institucional participativa da qualidade da oferta de Educação Integral em tempo integral: processo coletivo e colaborativo de identificação, mensuração, sistematização e análise de dados, informações e registros da percepção dos sujeitos que compõem a comunidade escolar a respeito dos insumos, processos e resultados do trabalho educativo, com vistas à tomada de decisão e planejamento sobre ações de melhoria contínua da oferta de matrículas e escolas de tempo integral na perspectiva da educação integral.

CAPÍTULO III PRINCÍPIOS

Art. 4.º São princípios da política municipal de Educação Integral de Tempo Integral:

- 1.Reconhecimento da educação como um direito humano público e subjetivo e da educação escolar como parte inegociável da materialização deste direito;
- 2.Qualidade socialmente referenciada da escola;
- 3.Reconhecimento das múltiplas formas de realização da Educação Integral, a partir das singularidades, potencialidades, limites e circunstâncias dos sujeitos, comunidade escolar e território;
- 4.Reconhecimento e garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral definidos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para as distintas etapas, modalidades e para todos os estudantes, considerando suas necessidades individuais e coletivas de aprendizagem;
- 5.Visão integrada dos sujeitos que realizam a ação educativa – incluindo estudantes, professores, gestores, profissionais da educação e famílias – reconhecendo-os como indivíduos historicamente situados e multidimensionais, que se humanizam continuamente, mobilizando de forma articulada os aspectos cognitivo, físico, social, emocional, cultural e político de seu desenvolvimento;
- 6.Indissociabilidade das práticas de cuidar e educar ao longo de toda a Educação Básica;
- 7.Reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial, sociocultural, socioespacial, linguística, sexual e de gênero, da comunidade surda e de condição de pessoa com deficiência como elemento estruturante de um ambiente escolar inclusivo, equitativo e democrático;
- 8.Integração e articulação da educação escolar com as demais políticas sociais, na perspectiva da proteção

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

e promoção do conjunto de direitos humanos e do combate às múltiplas manifestações da exclusão social; 9.Integração e articulação da educação escolar com políticas sociais implicadas com a educação integral promovida em ambientes externos à escola como espaços comunitários, institucionais e Territórios Etno-educacionais;

10.Integração dos temas contemporâneos transversais estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular com enfoque na promoção da Educação em Direitos Humanos, da Educação Socioambiental e da Educação para as Relações étnico-raciais, nos termos das respectivas Diretrizes Nacionais;

11.Intencionalidade da promoção da equidade educacional, e;

12.Reconhecimento da Educação Integral como concepção que organiza, integra e articula as diferentes etapas da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental, com a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e Educação do Campo) independentemente da ocorrência em tempo parcial ou integral.

CAPÍTULO IV DOS OBJETIVOS

Art. 5.º A Política Municipal de Educação Integral de Tempo Integral do Município de Santa Rita do Pardo tem como intencionalidade o desenvolvimento integral dos estudantes nas várias dimensões que lhes são constitutivas: socioambiental (natural, cultural, social, histórica, econômica, política,); socioemocional (físico-cognitiva, cenestésico-espiritual, psicoafetivo); ético-estético (jurídico-axiológico), mediante a garantia de educação de qualidade em suas múltiplas dimensionalidades.

Parágrafo único – São objetivos específicos da Educação Integral no município de Santa Rita do Pardo-MS:

1.Viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;

2.Melhorar as condições gerais das unidades educativas para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas;

3.Atender os estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades, visando desenvolver competências e habilidades;

4.Garantir aos estudantes condições para o desenvolvimento de projetos voltados à qualificação da vida em comunidade;

5.Atender a demanda escolar por tempo integral manifesta ou sob consulta aos públicos das modalidades de educação do campo, educação bilíngue de surdos e educação especial na perspectiva da educação inclusiva;

6.Comprometer-se com a redução de desigualdades racial, socioeconômica, territorial, de gênero, as que afetam a comunidade surda e o público-alvo da educação especial;

7.Proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência;

8.Garantir a formação continuada dos profissionais para o desenvolvimento de metodologias e estratégias de aprendizagem e de avaliação qualificadas;

9.Promover diálogo de saberes e a articulação entre diferentes matrizes de conhecimento;

10.Fomentar a oferta de matrículas em tempo integral, em observância à Meta 6 estabelecida pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e Lei Nº 1.134/2015 de 18 de junho de 2015;

11.Acompanhar e aderir dentro das condições do Sistema Municipal de Ensino as ações promovidas pela Política Nacional de Educação Integral em tempo integral na Educação Básica;

12.Fortalecer a colaboração da União com estados, municípios e o Distrito Federal para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 2014, PME Lei Nº 1.134/2015 de 18 de junho de 2015; e

13.Orientar os estudantes em seu desenvolvimento pessoal, proporcionando alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;

14.Promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada de tempo integral;

15.Distribuir equitativamente as matrículas dentro das escolas e unidades de Educação Infantil, de modo a não aumentar as desigualdades entre os estudantes;

16.Ofertar matrículas em tempo integral nas modalidades educação especial na perspectivada educação inclusiva, educação bilíngue de surdos, educação do campo, considerando as respectivas Diretrizes Curriculares; e

17.Avaliar Política Municipal de Educação Integral em tempo integral na Educação Básica.

CAPÍTULO V DIRETRIZES

Art. 6.º São Diretrizes da Política Municipal de Educação Integral de Tempo Integral:

1.A expansão das matrículas e escolas em tempo integral orientada pela concepção da Educação Integral;

2.O currículo da educação em tempo integral comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da Educação Básica;

3.A superação da organização curricular baseada na lógica de turno e contraturno para um currículo integrado e integrador de experiências;

4.A constituição de referencial para a educação em tempo integral (Proposta Pedagógica) que considere a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa científica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral;

5.A melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais e socioculturais da comunidade escolar;

6.A utilização de material didático e pedagógico contextualizado, significativo, acessível, diversificado e sustentável, considerando a diversidade étnico-racial, ambiental e cultural;

7.O fomento e valorização de práticas educativas orientadas por uma perspectiva inter e transdisciplinar, com superação da fragmentação dos conhecimentos com as práticas sociais e da vida cotidiana;

8.A participação ativa dos estudantes e de seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, em toda a Educação Básica em uma perspectiva de progressiva autonomia;

9.O fortalecimento de processos de escuta, diálogo, participação e deliberação coletiva na escola, que envolva estudantes e educadores em processos democráticos de construção das práticas educativas e da proposta pedagógica da escola, com o fortalecimento dos conselhos de escola e a instauração e qualificação dos grêmios escolares;

10.A construção de arranjos locais de integração da escola com o território e com a comunidade social de que faz parte, na perspectiva do reconhecimento, da valorização e da mobilização dos saberes e das práticas socioculturais vivenciadas no seu entorno;

11.A articulação intersetorial com políticas públicas existentes bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da educação integral e proteção de direitos dos bebês, das crianças, dos adolescentes e demais sujeitos envolvidos;

12.A melhoria contínua das condições laborais dos profissionais da educação, assim como a valorização de suas jornadas e processos formativos para a dedicação à educação em tempo integral;

13.O atendimento à demanda escolar por tempo integral manifesta ou sob consulta aos públicos das modalidades de Educação Básica (Educação Bilíngue de Surdos, Educação Especial e Educação do Campo);

14.O estabelecimento de metas e de estratégias de política municipal de educação integral de tempo integral, gestão escolar e práticas pedagógicas que promovam a redução de desigualdades (étnico-racial, socioeconômica, territorial, de gênero), o público-alvo da Educação Bilíngue de Surdos, Educação Especial e Educação do Campo;

15.Participação social dos sujeitos envolvidos de modo a que suas necessidades, percepções, conhecimentos, histórias, culturas e línguas sejam considerados na concepção, na implementação e na avaliação; e

16.A priorização, na distribuição e alocação das matrículas em tempo integral, das escolas e estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, considerando indicadores de aprendizagem, renda, raça, sexo, condição de pessoa com deficiência, de família monoparental, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros.

CAPÍTULO VI EIXOS

Art. 7.º A Política Municipal de Educação Integral de Tempo Integral desenvolverá ações estratégias alinhadas aos seguintes eixos:

1.Eficiência e equidade na alocação das matrículas de tempo integral;

2.Reorientação curricular e desenvolvimento profissional de educadores;

3.Materiais de apoio e inovação pedagógica;

4.Qualificação da infraestrutura educacional;

5.Fortalecimento de arranjos intersetoriais; e

6.Avaliação quantitativa, qualitativa e participativa.

Art. 8.º Eficiência e equidade na alocação das Matrículas de Tempo Integral.

§1.º A Secretaria Municipal de Educação desenvolverá ações e programa de formação continuada para os profissionais da educação no âmbito da política pública para a Educação Integral em tempo integral com qualidade, eficiência e equidade.

§2.º Compete a Secretaria Municipal de Educação elaborar documentos orientadores para as equipes escolares com vistas a apoiar o planejamento da eficiência e equidade na alocação das matrículas nas unidades de ensino.

Art. 9.º Reorientação Curricular e Desenvolvimento Profissional de Educadores.

§1.º A Secretaria Municipal de Educação em consonância com as orientações do Ministério da Educação, desenvolverá ações e programas de formação continuada com ênfase na gestão e práticas pedagógicas para a Educação Integral em tempo integral.

§2.º Compete à Secretaria Municipal de Educação, em consonância com as orientações do Ministério da Educação e aprovação do Conselho Estadual de Educação, elaborar documento de orientações para a Educação Integral em tempo integral por etapas e modalidades da Educação Básica – Proposta Pedagógica de Educação Integral.

Art. 10. Materiais de Apoio e Inovação Pedagógica.

§1.º A Secretaria Municipal de Educação fomentará experiências inovadoras existentes na rede, bem como disponibilizará materiais didáticos, pedagógicos e recursos, com o objetivo de melhorar as práticas de gestão e educativas.

§2.º O fomento às experiências de inovação pedagógica de que trata o caput deste artigo poderá mobilizar, entre outras ações:

1.O registro, reconhecimento e disseminação da formulação e implantação das políticas de Educação Integral em tempo integral desenvolvidas nas escolas;

2.A realização de mostras municipais de Educação Integral em tempo integral; e

3.O financiamento de pesquisas com foco na análise e sistematização das experiências de inovação na gestão pública e dos projetos pedagógicos na Educação Integral em tempo integral.

Art. 11. Qualificação da Infraestrutura Educacional.

§1.º A Secretaria Municipal de Educação prestará assistência técnica e financeira as escolas para a qualificação da infraestrutura escolar para a política municipal de educação integral de tempo integral.

§2.º As despesas oriundas da implantação e manutenção da Política Municipal de Educação Integral em tempo integral serão realizadas com recursos provenientes de parcerias no formato de Regime de Colaboração com entes públicos União e Estado, da Secretaria Municipal de Educação e/ou entes privados, observada a aplicação exclusivamente em despesas para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino, na forma prevista no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

§3.º A assistência a que se refere o caput deste artigo será executada por meio das seguintes estratégias e programas:

1.Alimentação Escolar;

2.Transporte Escolar;

3.Equipamentos e Mobiliários;

4.Estrutura Física - Ampliação e Reforma;

5.Internet (Conectividade), Energia, Água;

6.Material Escolar e Didático;

7.Serviços de Segurança;

8.Recursos Humanos efetivo e temporários para atender as diferentes modalidades educativas;

§4.º Apoio financeiro será destinado à melhoria das condições de escolas com vagas em tempo integral, priorizando as escolas de Educação Infantil e unidades educacionais localizadas em áreas de vulnerabilidade social.

Art. 12. Fortalecimento de Arranjos Intersetoriais.

Parágrafo Único Compete a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer planejar a implementação de ações destinadas à educação integral em articulação intersetorial das políticas sociais existentes no município, objetivando a eficiência do recurso público, devendo considerar:

1.Fortalecimento da articulação intersetorial e do trabalho em rede;

2.Incentivar o uso dos diversos equipamentos sociais presentes no município com foco na implantação da política de Educação Integral em tempo integral;

3.Fortalecer a educação na perspectiva da articulação intersetorial e do trabalho em rede;

4.Estimular a participação social de diferentes grupos sociais na formulação e aprimoramento de arranjos intersetoriais no âmbito das modalidades especiais, Educação Especial, Educação Bilíngue de Surdos e de Educação do Campo.

Município de Santa Rita do Pardo - Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 13. Avaliação Quantitativa, Qualitativa e Participativa.

§1.º Compete a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer observados os objetivos e as diretrizes da Política Nacional de Educação de Tempo Integral coordenar o monitoramento e avaliação da eficácia quantitativa, qualitativa e participativa da de educação de Tempo Integral, cabendo:

A orientação e o apoio às unidades educacionais para que operacionalizem a avaliação com a participação de sua comunidade;

1.A sistematização dos dados de avaliação institucional das unidades educacionais, a partir dos registros de cada unidade de ensino;

2.A análise dos dados sistematizados e o planejamento de ações orientadas à melhoria da oferta de Educação Integral em tempo integral.

§2.º Na realização da Avaliação Institucional Participativa da Educação Integral, caberá a cada unidade de ensino:

1.A organização do processo de avaliação, garantindo a participação plena de sua comunidade (estudantes, famílias, profissionais da educação);

2.A promoção de processos adequados de escuta e diálogo sobre a percepção da educação em tempo integral considerando as singularidades de participação em cada segmento da educação básica;

3.O registro das informações e dos resultados do processo de avaliação na plataforma disponibilizada pelo Ministério da Educação e;

4.A análise dos dados e dos resultados do processo de avaliação na melhoria contínua de sua proposta pedagógica.

CAPÍTULO VII COORDENAÇÃO

Art. 14. A Política Municipal de Educação Integral de tempo integral será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que contará com um profissional articulador – licenciado, responsável pelo acompanhamento administrativo e pedagógico, responsável pela formação continuada, orientação e planejamento da política municipal da educação integral de tempo integral na rede municipal.

Art. 15. O articulador no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer será indicado pelo Secretário (a) Municipal de educação, Cultura, Esporte e Lazer devendo ser servidor efetivo da Prefeitura de Santa Rita do Pardo e lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 16. O articulador deverá coordenar junto á equipe pedagógica das unidades escolares os encaminhamentos para elaboração de diagnóstico da educação integral de tempo integral, plano de ação, avaliação e monitoramento da política e seu desenvolvimento no âmbito municipal.

CAPÍTULO VIII DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, juntamente com a equipe escolar tem a finalidade de realizar a governança sistêmica dos esforços da implementação das estratégias e ações relativas à política municipal de educação integral em tempo integral, com:

1. Monitorar a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;
2. Subsidiar a elaboração dos parâmetros de qualidade para as condições de oferta do tempo integral e para a aprendizagem dos estudantes e;
3. Sistematizar dados e emitir recomendações para a atuação e melhoria contínua da política.

§1.º O Acompanhamento e Avaliação da Educação Integral em Escola de Tempo Integral será feito através de reuniões periodicamente com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e a equipe escolar, com registros em atas dos pontos relevantes que possam influenciar positivamente ou negativamente nos resultados da efetivação da Educação Integral em Tempo Integral.

§2.º Serão realizadas as visitas constantes, administrativas e pedagógicas do articulador da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para análise da evolução do ensino aprendizagem das turmas matriculadas em períodos de Tempo Integral.

§3.º A Avaliação será registrada por meio de relatórios elaborados pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer em que serão analisados os seguintes requisitos:

- 1.Qualidade de ensino;
 2. Material didático-pedagógico;
 3. Estrutura física;
 4. Currículo;
 5. Aplicabilidade da Matriz Curricular;
- 5.Recursos humanos atuantes;
7. Rendimento escolar.

CAPÍTULO IX DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 18. A Organização da Matriz Curricular de deverá ser de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular, Parte Diversificada conforme áreas de conhecimento e seus componentes curriculares e realidade local, organizados com a distribuição das propostas de aprendizagem (experiências e vivências) de forma integrada e articulada na organização dos tempos de aprendizagem.

Art. 19. A matriz curricular complementar será organizada em Campos Integradores distribuídos em Macrocampos e Microcampos e será desenvolvida por Professores Integradores (Áreas e Macrocampos), com vistas à formação integral dos estudantes, que conseqüentemente, caracterizarão a identidade da política municipal de educação integral de tempo integral.

Art. 20. A organização curricular contará com no mínimo 35 (trinta e cinco) horas semanais regulares do currículo, será composto pelos componentes educacionais previsto na BNCC e parte diversificada do currículo, cabendo ao Conselho Estadual aprovar os componentes curriculares complementares e/ou integradores e carga horária dos mesmos.

§1.º Na organização curricular deverá ter predominância o cumprimento da carga horária total dos componentes curriculares previstos.

§2.º Nas Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil que irão ofertar a Educação Integral, será composto um quadro de profissionais formados de acordo com as Leis Vigentes e atuarão de acordo com a Proposta Pedagógica da Educação em Tempo Integral.

§3.º Para os campos integradores, serão chamados profissionais efetivos e/ou pelo processo seletivo na falta destes profissionais.

§4.º A atuação destes profissionais deverá acontecer de forma integrada e articulada para auxiliar na formação integral dos/das estudantes/crianças, ampliando e intensificando as discussões, oferecendo propostas pedagógicas inter-transdisciplinares, pautadas em vivências práticas, concretas e contextualizadas ao seu cotidiano.

§5.º A articulação entre os professores que atuam com componentes curriculares previstos na BNCC e dos

componentes dos campos integradores é fundamental para que sejam desenvolvidas de forma integrada todo o currículo, evitando uma prática fragmentada e descontextualizada.

Art. 21. Os Campos Integradores, organizados em Macro e Microcampos serão estruturados na matriz curricular e na proposta pedagógica de Educação Integral da rede municipal.

§1.º Na Educação Infantil serão Macrocampos Integradores:

- 1.Saúde, Lazer, Práticas Corporais;
- 2.Musicalização;
- 3.Literatura;
- 4.Cidadania e Civismo;
- 5.Cultura e Saberes em Arte;
- 6.Ciência e Tecnologia;
- 7.Meio Ambiente.

§2.º No Ensino Fundamental os campos integradores serão:

- 1.Literatura e Complementação Pedagógica;
- 2.Saúde, Lazer, Práticas Corporais;
- 3.Economia;
- 4.Cidadania e Civismo;
- 5.Cultura e Saberes em Arte;
- 6.Ciência e Tecnologia;
- 7.Meio Ambiente.

§3.º Em relação aos microcampos oriundos dos macrocampos, as unidades escolares determinarão as propostas educativas de acordo com as suas especificidades.

§4.º Em conformidade com o Art. 37, da Resolução CNE/CEB nº 07/2010, a Proposta Pedagógica da Educação Integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades, visando alcançar a qualidade da aprendizagem e das interações sociais e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

§5.º A Proposta Pedagógica de Educação Integral a partir da Política Municipal de Educação Integral de tempo integral, deve apresentar, no mínimo:

1. Os fins e os objetivos da educação integral, acrescidos dos objetivos de cada etapa e modalidades de ensino oferecidos;
- 6.Explicite as concepções de ser humano e sociedade, de educação integral, de escola de tempo integral e da respectiva proposta pedagógica;
- 7.Fundamente a concepção de proposta curricular para a educação integral nas unidades, a integração das áreas do conhecimento e dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular com os componentes curriculares e projetos da parte diversificada;
- 8.Descreva as possibilidades metodológicas no campo da Educação Integral;
- 9.Aponte a organização das unidades quanto a: matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas de registros, controle da frequência, entre outros;
- 10.Indique as formas de gestão da escola, os recursos humanos e respectivas atribuições, os serviços oferecidos, bem como sobre o corpo discente, os colegiados e os pais ou responsáveis;

CAPÍTULO X COMPETÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO

Art. 22. Compete às Unidades de Ensino realizar diagnóstico para identificar a demanda por educação em tempo integral – ampliação de vagas e demandas de infraestrutura e de pessoal, apresentar plano de ação para a Secretaria Municipal de Educação, com as ações e estratégias para a implementação da educação integral de tempo integral.

Parágrafo único A elaboração do diagnóstico e plano de ação será realizada pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, juntamente com a equipe da unidade de ensino que irá:

1. Elaborar Diagnóstico Escolar;
- 2.Elaborar o Plano de Ação da Educação Integral de Tempo Integral;
- 3.Aderir à Política Municipal de Educação Integral de Tempo Integral, conforme plano de expansão da Secretaria Municipal de Educação;
- 4.Atualizar a proposta político-pedagógica da unidade de ensino e demais documentos que constem a perspectiva e propostas de Educação Integral de tempo integral.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. As Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil de Tempo Integral, terão metas e resultados a serem alcançados de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação, a partir dos dados apresentados pela avaliação do SAEB.

Parágrafo único – Os segmentos que compõe a comunidade escolar das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil de tempo Integral serão submetidos ao acompanhamento e à avaliação periódica em colegiado pela gestão escolar, equipe de Coordenadoria das Escolas Municipais de Tempo Integral e Diretoria Técnico-Pedagógica.

Art. 24. As diretrizes, os procedimentos e a forma de organização das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil de Tempo Integral serão orientadas por meio de um Manual de Orientação organizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e, apreciado pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 25. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer junto à gestão administrativa e pedagógica da Unidade Escolar integral de tempo Integral.

Art. 26. Caberá à Secretaria Municipal de Educação expedir instruções complementares, quando necessário.

Artigo 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a fevereiro de 2024 e revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2025.

LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA
Prefeito Municipal

ZENILDA GREGORIO DE SOUZA
Secretária Municipal de Ed. Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Governo na data acima e afixado no local de costume. Publicado na imprensa oficial do Município.